



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 17992/23
17.01.2023

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 17992 / 23
Data 27 / 09 / 23
Fls. 02 Rubrica 10

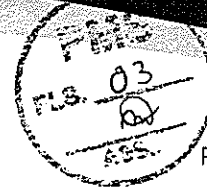
Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 7.812/2023, Pregão Presencial nº 049/2023.

Saquarema, 27 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

Sérgio Bravo
Pregoeiro



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA RJ

REFERÊNCIA: REF.: PROCESSO Nº 7.812/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2023

A empresa **JMX Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 38.086.197/0001-04, com sede na Avenida Gladstone José de Oliveira, 527, Bairro Praça da Bandeira, CEP: 28979-660, na cidade de Araruama, estado do Rio de Janeiro, neste ato representada por sua Procuradora infra-assinado, e qualificada nos autos deste processo, vem à presença de V.Sa., respeitosa e tempestivamente, com fulcro no artigo 165, da lei 14.133 de 1º de abril de 2021, oferecer o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Postulando a reforma da decisão proferida pelo Senhor Pregoeiro em declarar habilitadas e vencedoras as empresas vencedoras dos itens **01, 03 e 08**, onde observamos e comprovaremos a ausência de documentos obrigatórios e a incompatibilidade com as características dos produtos ofertados.

DA TEMPESTIVIDADE

Acerca do prazo para apresentação das razões recursais os termos da lei 14.133 de 1º de abril de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas:

CAPÍTULO II

DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

(...)

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

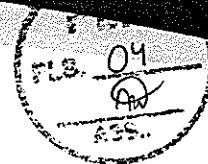
b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.



§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

(...)

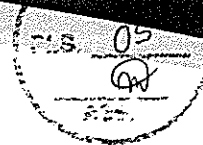
Considerando a manifestação de intenção de recurso lavrado em ata na data de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, a interposição do presente Recurso Administrativo é tempestiva.

DO CABIMENTO DO PRESENTE APELO

Precipuamente esclarece a Recorrente que a interposição do presente Recurso Administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade.

Atende a empresa Recorrente os pressupostos para admissão da inconformidade, uma vez que presentes os requisitos a que alude MARÇAL JUSTEN FILHO, quais sejam os subjetivos, estes consubstanciados no interesse, recursal e na legitimidade e os requisitos objetivos, estes aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório, tempestividade, forma escrita, fundamentação e o pedido de nova decisão. (*in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4ª ed. p. 501*).

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento.



Saliente-se que a imposição da leitura de uma minuciosa descrição do produto a ser adquirido é uma exigência legal, constante no art. 14 da Lei Geral das Licitações – Lei nº 8.666/93, que dispõe:

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa (grifo nosso).

O MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER tornou pública a realização de licitação, sob a modalidade de “Pregão Presencial”, sobre o critério de menor preço unitário para aquisição de cosméticos, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Processo Administrativo nº 7.812/2023 e no edital de número 049/2023.

DOS FUNDAMENTOS

Antes de adentrarmos o cerne da questão, nunca é demais lembrar que uma licitação é um procedimento formal no qual o gestor público não possui discricionariedade para impor ou deixar de impor o que deseja. Ele somente pode fazer o que a lei determina. Nada além ou aquém. O Princípio Constitucional da Legalidade (art. 37, caput, CF/88) DEVE ser, no caso de licitação, observado muito mais pela Comissão de Pregão.

Vejamos o Edital:

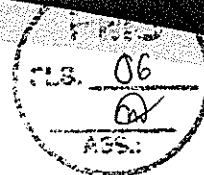
17. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

17.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

“a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;” (grifo nosso)

8. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1.1 - Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:
(...)



b) Especificações técnicas, marcas/modelo, quando couber, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; (grifo nosso).

Artigo 31 da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores. (grifo nosso).

Ainda no edital:

9.6 - Documentação Técnica:

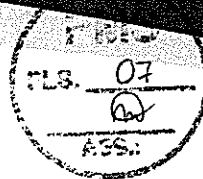
“(...)

9.6.4 Apresentar junto a proposta o registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em favor do fabricante, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei 6.360/76 do Decreto nº 8.077/13 em vigor;” (grifo nosso).

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

11. REQUISITOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA DOS ITENS determina:

“A Empresa deverá apresentar documentos que comprovem as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.” (grifo nosso).



DOS FATOS

LOTE – 01 (Item 1)

Vejamos o edital:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

O critério de aceitação do objeto se dará conforme especificação relacionada abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	HIDRATANTE LABIAL – Hidratação com no mínimo 12h; Óleos naturais; Livre de óleo mineral; Vitamina E; Todos os tipos de pele; 5g	Unid	400

A proposta apresentada pela empresa MWM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 34.485.827/0001-54, declarada **EMPRESA VENCEDORA**, descumpre o artigo 31 da Lei nº. 8.078/90, onde a descrição afirma a quantidade de 5g, porém, o produto ofertado apresenta quantidade muito inferior conforme determina o descritivo.

O produto ofertado pela declarada **EMPRESA VENCEDORA** é incompatível com a descrição estabelecida no item 3. **DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO** ao apresentar a quantidade disponível de 4,8g conforme imagem disponível no portal do detentor na marca.



A **EMPRESA VENCEDORA** descumpre o item 9.6.4 do edital deixando de apresentar junto a proposta o registro do produto ofertado. A **EMPRESA VENCEDORA** ofertou o produto **NIVEA ORIGINAL**



CARE, e apresentou o registro de número 25351.550114/2020-07 referente ao produto NIVEA SUN PROTECT classificado pela ANVISA como *PROTETOR SOLAR – GRAU 2* conforme imagens a seguir:



BRASIL

Serviços

Participe

Acesso à informação

Legislação

Canais



[Ir para o conteúdo](#) [Ir para o menu](#) [Ir para a busca](#) [Ir para o rodapé](#)

[ACESSIBILIDADE](#) [ALTO CONTRASTE](#) [MAPA DO SITE](#)

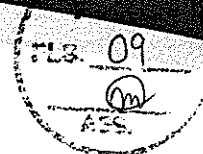
Consultas

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

[Consultas](#) [Cosméticos - Produtos Registrados](#) [Cosméticos - Produtos Registrados](#)

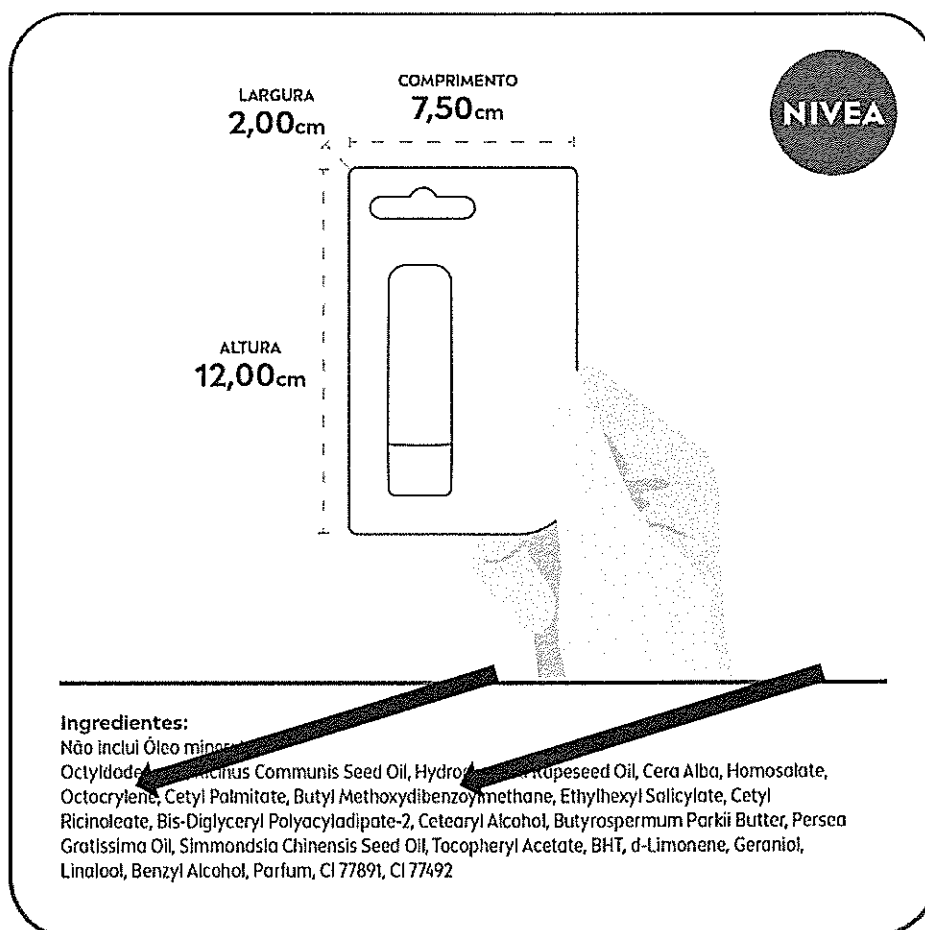
Detalhes do Produto

Nome da Empresa	BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA		
Número do CNPJ da Empresa	01.786.983/0001-04	Autorização	2027210
Produto	NIVEA SUN PROTECT PROTETOR SOLAR HIDRATANTE LABIAL FPS 30		
Categoria	PROTETOR SOLAR - GRAU 2		
Processo	<u>25351.550114/2020-07</u>		
Publicação do Registro	21/10/2020		
Vencimento do Registro	21/10/2030		
Situação do Produto	ATIVO		
Nº	Apresentação	Registro	Tonalidade
Q 1	TUBO PLÁSTICO - Primária BLISTER DE PLÁSTICO COM CARTOLINA - Secundária	Deferido	Não se aplica para essa categoria

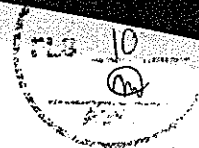


Embora marca NIVEA ORIGINAL CARE e NIVEA SUN PROTECT sejam de detenção do mesmo fabricante, o produto apresentado na ficha técnica, e o apresentado no registro Anvisa possuem características completamente diferente.

Além do descumprimento das exigências dispostas no edital em ofertar produto com quantidade inferior, e a não apresentação do registro Anvisa do produto de acordo com a ficha técnica, em uma análise mais detalhada, o fabricante disponibiliza os ingredientes existentes na formulação do produto, onde encontramos vários componentes químicos, entre eles destacam-se o **octocrylene** e o **Butyl Methoxydibenzoylmethane** conforme podemos observar na imagem disponível na página do fabricante do produto do registro apresentado de número 25351.550114/2020-07 e no endereço eletrônico abaixo <https://www.nivea.com.br/produtos/nivea-protetor-solar-hidratante-labial-sun-protect-fps-30-78907048513350033.html>



O **octocrylene** ou **Octocrileno** é uma substância sintética bastante usada em protetores solares convencionais. É um absorvedor de UV sintético e intensificador de FPS, e pode causar reações alérgicas em



peles sensíveis. Já o *Butyl Methoxydibenzoylmethane*, também conhecido como *avobenzona* ou *avobenzone* possui alto nível de absorção, o que pode desencadear distúrbios hormonais e irritações, como reações alérgicas.

Enfim, cabalmente conforme exposto, o produto ofertado pela **EMPRESA VENCEDORA** não atende a descrição, pois será destinado a pacientes oncológicas que participarão dos eventos realizados pela Secretaria requisitante, lembramos que Pacientes Oncológicos precisam de produtos específicos.

Analisando a proposta apresentada pela empresa MTH DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.929.522/0001-48, **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR**, observa-se que a mesma descumpre:

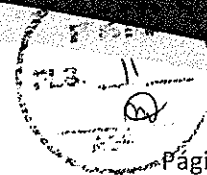
1 - O item **9.6 - Documentação Técnica: / 9.6.4** deixando de apresentar o apresentar junto a proposta o registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em favor do fabricante, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei 6.360/76 do Decreto nº 8.077/13 em vigor;

2 - Descumpre o item **11. REQUISITOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA DOS ITENS do ANEXO I - TERMO DE REFÊRENCIA** deixando de apresentar junto a proposta documentos que comprovem as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas

A **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR** descreve em sua proposta que o produto ofertado é isento de registro, cita e apresenta a da RDC 752.

A Resolução RDC Nº 752, de 19 de setembro 2022 citada na proposta, dispõe sobre a definição, a classificação, os requisitos técnicos para rotulagem e embalagem, os parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos e procedimentos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, ou seja, os produtos cosméticos devem possuir registro ou notificação junto a ANVISA.

Em uma análise mais apurada, verificamos que o produto ofertado pela empresa colocada em segundo lugar possui em sua composição a substância *Propylene Glycol*, conhecido também como



propilenoglicol presente nas duas versões do produto disponíveis na página do detentor da marca na internet disponível na imagem a seguir e nos endereços eletrônicos:

<https://www.hidrabene.com.br/lipstick-cereja-p1766>

<https://www.hidrabene.com.br/lipstick-frutas-vermelhas-p1768>

Hidrabene

O que você procura hoje?



LANÇAMENTOS

KITS INCRÍVEIS

SKINCARE

CABELO

TODOS OS PRODUTOS

Descrição

Principais Ativos

Deslize o produto sobre os lábios conforme necessidade. Para intensificar a cor aplique mais camadas.

- ♥ Onde aplicar: lábios.
- ♥ Quando usar: diariamente.
- ♥ Tipo de pele: todos os tipos de pele.
- ♥ Textura: cerosa.
- ♥ Volume: 5g.
- ♥ Principais ativos: Vitamina E, Manteiga de Karité e Manga.
- ♥ Gestantes/Lactantes: não há contraindicações, mas o médico deve ser sempre consultado.

Precauções

Composição

Ricinus communis Seed Oil, Octyldodecanol, Candelilla Cera, Ozokerite, Persea indica cerifera Cera, Cocoglycerides, Glyceryl Stearate, Glyceryl Butyrospermum parkii Butter, C10-18 Triglycerides, Propylene Glycol, Aloe barbadensis Extract, Tocopheryl Acetate, CI 15850, Saccharin, Irganox 1010, Synthetic Fluorophlogopite, Hydrogenated Coco-glycerides, CI 77891, Benzotriazolyl dodecyl p-cresol, Pentaerythrityl Tetra-di-t-butyl Hydroxyhy Oxide.

O perigo do uso do **Propylene Glycol** é matéria de estudos e publicações nos mais diversos canais na internet, entre eles, matéria publicada no jornal correio do Estado:

"Propilenoglicol: risco de alergias

O propilenoglicol é um produto utilizado como diluente de outras substâncias, sendo muito usado em uma ampla variedade de cosméticos. O perigo de seu uso está nos problemas de pele que este pode desencadear nas pessoas, como alergias e irritações. Um estudo realizado com 45.138 pacientes na Universidade de Göttingen, Alemanha, confirmou seu potencial sensibilizante (potencial para causar alergias)." (Grifos nossos)

<https://correiodoestado.com.br/tecnologia/ingredientes-contidos-em-cosmeticos-podem-causar-alergias-e-ate-cancer/103091/>



Enfim, cabalmente conforme exposto, o produto ofertado pela **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR** não atende a descrição, pois será destinado a pacientes oncológicas que participarão dos eventos realizados pela Secretaria requisitante, lembramos que Pacientes Oncológicos precisam de produtos específicos.

LOTE 03 (Item 3)

Vejamos o edital:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

O critério de aceitação do objeto se dará conforme especificação relacionada abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
03	HIDRATANTE FACIAL - Hidratação com no mínimo 12h; Óleos naturais; Livre de óleo mineral, parabenos e silicone; Todos os tipos de pele; 100g	Unid	400

Analisando a proposta da empresa MTH DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.929.522/0001-48, EMPRESA **VENCEDORA**, observa-se que a mesma descumpre:

1 - O item 9.6 - **Documentação Técnica**: / 9.6.4 deixando de apresentar o apresentar junto a proposta o registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em favor do fabricante, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei 6.360/76 do Decreto nº 8.077/13 em vigor;

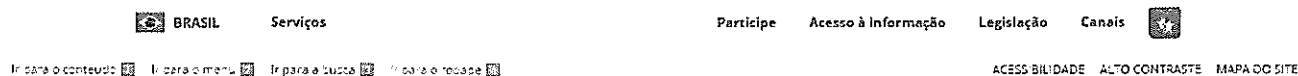
2 - Descumpre o item 11. **REQUISITOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA DOS ITENS do ANEXO I - TERMO DE REFÊRENCIA** deixando de apresentar junto a proposta documentos que comprovem as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas

Na proposta apresentada pela **EMPRESA VENCEDORA**, a mesma descreve que o registro do produto ofertado é "**AUTORIZAÇÃO 2017779**", porém, em pesquisa no portal de consultas da ANVISA, consta que o registro descrito é referente a **AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa**, emitida pela ANVISA



ao fabricante BIOCAP INDUSTRIA DE COSMETICOS – LTDA, e não do produto conforme determina o edital, e demonstrado na imagem a seguir:

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/q/?autorizacao=2017779>



Consultas

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas Funcionamento de Empresa Nacional Resultado

Resultado da Consulta de Funcionamento de Empresas

	Ordem	CNPJ	Empresa	Tipo	Número	Grupo de Produto/Área	Situação
<input type="checkbox"/>	1	02.207.934/0001-24	BIOCAP INDUSTRIA DE COSMETICOS - LTDA	Autorização	2.01777-9	Cosmético	Ativa

Exportar para Excel Voltar

A Resolução RDC Nº 752, de 19 de setembro 2022 citada na proposta, dispõe sobre a definição, a classificação, os requisitos técnicos para rotulagem e embalagem, os parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos e **procedimentos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes**, ou seja, os produtos cosméticos devem possuir registro ou notificação junto a ANVISA.

Em uma análise mais apurada, verificamos as duas versões do produto ofertado pela **EMPRESA VENCEDORA**, o fabricante disponibiliza os ingredientes existentes na formulação dos produtos, onde encontramos vários componentes químicos, entre eles destacam-se a **dimeticona** e o **fenoxietanol** conforme podemos observar na imagem disponível a seguir, e na página do detentor da marca do produto ofertado nos endereços eletrônicos abaixo

<https://www.hidramais.com.br/creme-facial-renovador-uva-uvb-100g/p>

<https://www.hidramais.com.br/creme-facial-noturno-nutritivo-100g/p>



Creme Facial Noturno Nutritivo
100g

R\$ 32,80



Creme Facial Renovador UVA/UVB
100g

R\$ 32,80

O que é ?

O Creme Noturno Nutritivo auxilia os cuidados faciais.

O que ele faz?

Rico em D-pantenol é composto por Ácido Hialurônico e um blend de ativos nutritivos que auxiliam o tratamento das linhas finas e melhora a textura da pele, ajudando na renovação e hidratação profunda do rosto.

O que ele tem?

Fórmula em português: Água, Glicerol, Manteiga de Karité, Triglicerídeo Caprílico/Cáprico, Álcool Cetílico, Pentilenoglicol, Ácido Cítrico, Frutose, Hidróxido de Sódio, Ureia, Alantoina, Maltose, Lactato de Sódio, Cloreto de Sódio, Pícolato de Sódio, Trealose, Glicose, Hialuronato de Sódio, Óleo Vegetal, Poliacrilato de Sódio, Hidroxietil Ureia, Dimeticona, Fenoxietanol, Pantenol, Dimetil Hidantoina, Edetato Dissódico, Butil-Hidroxitolueno, Fragrância, Linalol, Hexil Cinamel, Camarina.

A dimeticona é um silicone, normalmente, usado para dar textura aos produtos, esse composto acaba criando uma barreira na pele que aprisiona bactérias e pele morta, podendo causar inflamações e irritações. Já o fenoxietanol, também usado como preservativo, é outro composto potencialmente prejudicial, o uso dele é restrito em países da Europa por apresentar riscos ao sistema nervoso.

Enfim, cabalmente conforme exposto, o produto ofertado pela **EMPRESA VENCEDORA** não atende a descrição, pois será destinado a pacientes oncológicas que participarão dos eventos realizados pela Secretaria requisitante, lembramos que Pacientes Oncológicos precisam de produtos específicos.

Analisando a proposta da empresa MWM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 34.485.827/0001-54, **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR**, observa-se que a mesma descumpre:



1 - O item 9.6 - Documentação Técnica: / 9.6.4 deixando de apresentar o apresentar junto a proposta o registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em favor do fabricante, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei 6.360/76 do Decreto nº 8.077/13 em vigor;

A EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR apresenta em sua proposta o registro de um produto que então foi fabricado pela empresa **GADEA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME** onde todos os seus produtos em pesquisa no portal da Anvisa se encontram **INATIVOS**.

Observa-se o documento anexado a proposta de número 25000.039657/9875 encontra-se **Inativo, cancelado por caducidade** no portal da Anvisa, em nota, a Anvisa informa que *"o cancelamento foi motivado pela não manifestação da empresa, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, para proceder ao respectivo pedido de renovação"*, ou seja, o registro não pertence ao produto ofertado pela EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR segundo informações disponíveis no site da Anvisa, conforme imagem a seguir e disponível no endereço eletrônico abaixo:

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/documentos/tecnicos/250000396579875/>



Consultas

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas Situação de Documentos Técnico Técnico

Empresa GADEA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA-ME

CNPJ 61.435.442/0001-55

Processo 25000.039657/9875
Assunto 251 - Grau 1 - Produtos com risco mínimo
Encontra-se na UNDOC - UNIDADE CENTRAL DE DOCUMENTAÇÃO
Desde: 25/08/1999

Data do Processo 17/12/1998

Nº do Protocolo Expediente 38616/98-6
Situação atual Cancelado por caducidade
Dados da Publicação (RE - Data Resolução - DOU - Data Publicação)
Não Publicado

O cancelamento foi motivado pela não manifestação da empresa, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, para proceder ao respectivo pedido de renovação

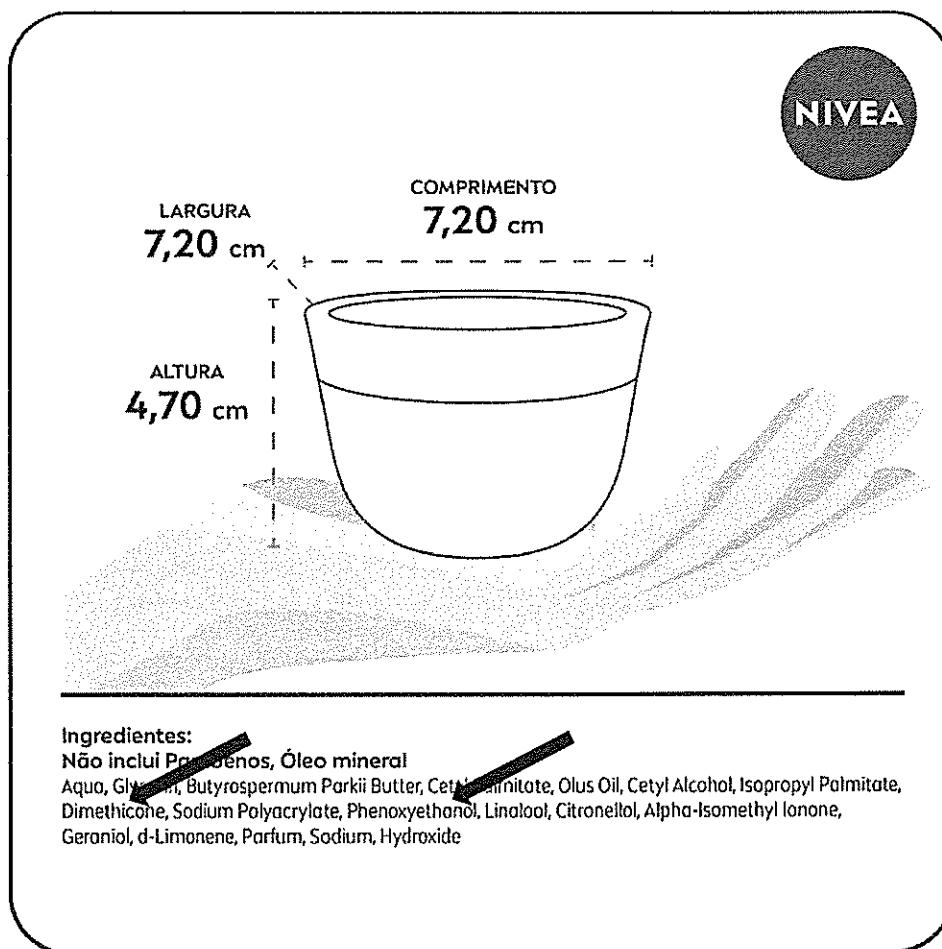
Histórico da Situação

Voltar

Em uma análise mais apurada, observamos na página do verdadeiro fabricante do produto conforme ficha técnica apresentada, que o mesmo disponibiliza os ingredientes existentes na formulação do produto, onde encontramos vários componentes químicos, entre eles destacam-se a **Dimethicone** também

conhecido como *Dimeticona* e o *phenoxyethanol* também conhecido como *fenoxietanol* conforme podemos observar na imagem disponível a seguir, e na página do detentor da marca do produto ofertado no endereço eletrônico abaixo:

<https://www.nivea.com.br/produtos/nivea-creme-facial-nutritivo-423604070033.html>



A *Dimethicone* ou *dimeticona* é um silicone, normalmente, usado para dar textura aos produtos, esse composto acaba criando uma barreira na pele que aprisiona bactérias e pele morta, podendo causar inflamações e irritações. Já o *phenoxyethanol* ou *fenoxietanol*, também usado como preservativo, é outro composto potencialmente prejudicial, o uso dele é restrito em países da Europa por apresentar riscos ao sistema nervoso.

Enfim, cabalmente conforme exposto, o produto ofertado pela **EMPRESA CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR** não atende a descrição, pois será destinado a pacientes oncológicas que participarão dos



eventos realizados pela Secretaria requisitante, lembramos que Pacientes Oncológicos precisam de produtos específicos.

LOTE 08 (Item 8)

Vejamos o edital:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

O critério de aceitação do objeto se dará conforme especificação relacionada abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
08	PROTETOR SOLAR - Para peles sensíveis; Oferece através de composição exclusiva amplo espectro de proteção simultânea contra os raios FPS e UVA acrescida de efetiva ação antioxidante; Ativo no controle do envelhecimento causado pelos raios solares; Ajuda a reduzir o desconforto causado na pele sensível e/ou sensibilizada; Permite uso facial e corporal; Sem agentes irritantes como álcool, fragrâncias, parabenos, óleo mineral e corantes; Hipoalergênico; FPS 30; 50g.	Unid	400

Analisando a proposta da empresa MTH DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.929.522/0001-48 **EMPRESA VENCEDORA**, observa-se que a mesma descumpre:

1 - O item 9.6 - **Documentação Técnica:** / 9.6.4 deixando de apresentar o apresentar junto a proposta o registro dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em favor do fabricante, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei 6.360/76 do Decreto nº 8.077/13 em vigor;

2 - Descumpre o item 11. **REQUISITOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA DOS ITENS do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** deixando de apresentar junto a proposta documentos que comprovem as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas

Na proposta apresentada pela **EMPRESA VENCEDORA**, a mesma descreve que o registro do produto ofertado é "**AUTORIZAÇÃO 2031228**", porém, em pesquisa no portal de consultas da ANVISA, consta



que o registro descrito é referente a **AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa**, emitida pela ANVISA ao fabricante FARMAX S.A., e não do produto conforme determina o edital, e demonstrado na imagem a seguir:

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consultas

Consultas Funcionamento de Empresa Nacional Resultado

Resultado da Consulta de Funcionamento de Empresas

Ordem	CNPJ	Empresa	Tipo	Número	Produto/Área	Situação
1	21.759.758/0001-88	FARMAX S.A.	Autorização	2.03122-8	Cosmético	Ativa
2	21.759.758/0001-88	FARMAX S.A.	Autorização	1.03647-4	Medicamento	Ativa
3	21.759.758/0001-88	FARMAX S.A.	Autorização	8.02552-6 (XL315X65L206)	Produtos para Saúde (Correlatos)	Ativa
4	21.759.758/0001-88	FARMAX S.A.	Autorização	3.07989-4	Saneantes	Ativa

Exportar para Excel Voltar

Além do descumprimento das exigências dispostas no edital uma análise mais detalhada, o fabricante disponibiliza os ingredientes existentes na formulação do produto, onde encontramos vários componentes químicos, entre eles destacam-se o **Butyl Methoxydibenzoylmethane** conforme podemos observar na imagem disponível na página do fabricante do produto ofertado e no endereço eletrônico abaixo:

<https://www.farmax.com.br/protetor-solar-fps30-toque-seco-sunless-120g-novo/p>

farmax

MARCAS PRODUTOS FARMACÊUTICOS IMPACTO NOSSA HISTÓRIA NA MÍDIA BLOG QUIZ DA PELE SUNLESS ONDE ENCONTRAR

Descrição

Precauções

ACRYLATES/C10-30 ALKYL ACRYLATE CROSSPOLYMER, ALUMINUM STARCH OCTENYLSUCCINATE, AQUA, BHT, BUTYL METHOXYDIBENZOYL METHANE, CAPRYLIC/CAPRIC TRIGLYCERIDE, CETEARYL ALCOHOL, CETYL ALCOHOL, DISODIUM EDTA, ETHYLHEXYL ISONONANOATE, ETHYLHEXYL METHOXYCINNAMATE, ETHYLHEXYL SALICYLATE, GLYCERIN, GLYCERYL STEARATE, HOMOSALATE, HYDROGENATED PALM GLYCERIDES, HYDROXYACETOPHENONE, OCTOCRYLENE, PARFUM (COMPONENTES DA FRAGRÂNCIA / COMPONENTES DE LA FRAGRANCIA: ALPHA-ISOMETHYL IONONE, BENZYL SALICYLATE, BUTYLPHENYL METHYLPROPIONAL, CITRONELLOL, COUMARIN, EUGENOL, GERANIOL, HEXYL CINNAMAL, HYDROXYCITRONELLAL, LINALOOL, PEG-100 STEARATE, PHENOXYETHANOL, POTASSIUM CETYL PHOSPHATE, TRIETHANOLAMINE, VP/HEXADECENE COPOLYMER, XANTHAN GUM.



O **Butyl Methoxydibenzoylmethane**, também conhecido como **avobenzona** ou **avobenzone** possui alto nível de absorção, o que pode desencadear distúrbios hormonais e irritações, como reações alérgicas.



DA ESTRITA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DO DEVER DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E REVOGAÇÃO DA DECISÃO QUE ACEITOU AS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS ANTERIORMENTE CITADAS

Através da pontuação das irregularidades apresentadas, não resta outra opção para a Administração, senão desclassificar as empresas **DECLARADAS VENCEDORAS** dos Lotes (Itens) 01, 03 e 08, e as empresas **CLASSIFICADAS EM SEGUNDO LUGAR** dos Lotes (Itens) 01 e 03

A legislação e jurisprudência dominante é cristalina ao estabelecer a estrita vinculação do licitante ao edital de licitação.

Nessa esteira, com base no art. 5º, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e subsidiariamente (conforme Art. 186 da Lei 14.133/21) no art. 3º, da Lei nº 8.666/93 podemos identificar como princípios jurídicos que são aplicáveis às licitações: legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; e julgamento objetivo. Vejamos:

Art. 5º, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)..” (Grifo nosso)

Art. 3º, da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (nossos grifos)

Boa parte desses preceitos já se encontra consubstanciada no art. 37 da Constituição Federal.



Vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...).*

Outros, por sua vez, são normas específicas de processo concorrencial, tal como a licitação. Cumpre ressaltar que o enunciado normativo não estabelece um rol exaustivo dos princípios jurídicos que devem incidir nas licitações. Basta observar a expressão **“dos que lhe são correlatos”**, constante do final do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente. Não é outra a lição de Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”
(Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO, Curso de direito administrativo. Pg. 772) :

Trata-se de um princípio específico de processos de natureza concorrencial. Nos termos do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/1993, a administração pública deve cumprir as normas e condições constantes do edital da licitação, ***“ao qual se acha estritamente vinculada”***.

Daí se dizer que o ato convocatório funciona como a ***“lei interna”*** da licitação, subordinando o gestor público e os licitantes aos seus comandos.

Mediante o instrumento convocatório (edital), leva-se ao conhecimento do público a abertura de licitação, nele sendo fixadas as condições de sua realização e a convocados os interessados para apresentarem propostas. Mas a aplicação dos preceitos desse ato deverá ser necessariamente contextualizada no ordenamento jurídico em vigor.

Entretanto, esse princípio não impede a administração pública de negociar com o licitante vencedor que possua as condições mais vantajosas para o interesse público. Lembra Antônio Carlos Cintra do AMARAL:

“Note-se que a vinculação ao instrumento convocatório não exclui a possibilidade de negociação. Para que juridicamente possa esta ser fundamentada é necessário observar o seguinte: (a) só pode haver negociação com a proponente vencedora; (b) dela deve resultar uma melhoria na proposta apresentada; (c) em consequência, a ordem de classificação não poderá ser alterada; e (d) a negociação não pode acarretar uma alteração no instrumento convocatório, de sorte que alguém que não participou da licitação pudesse alegar que se soubesse que seria assim teria participado.” (Grifo nosso)

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do Licitação para concessão de serviço público, p. 19

Assim, dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado⁷, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

“o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

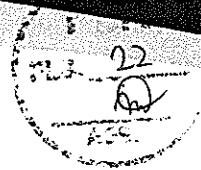
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416.

O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital com o art. 41, §2º, da Lei Federal n.º 8.666:

“Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo” (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que:

“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação”. Como



exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital (como documento enviado por fac-símiles em apresentação dos originais posteriormente)."
FILHO, Marçal Justem. *Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico*, 4ª ed., p. 305.

Neste sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração.

E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

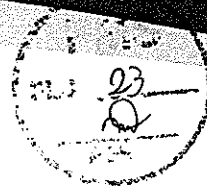
Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto." (Grifamos)

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

"Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento."

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU – Tribunal de Contas da União, sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005:



"Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993."

Decisões recentes reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos:

"Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara"

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO."

"Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara"

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO."

Assim, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório **obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.**

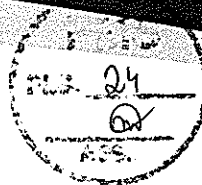
Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

"Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei."

MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. *Direito Administrativo*. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264.

O Tribunal de Justiça do estado de São Paulo (TJSP) já manifestou seu entendimento nesse sentido:

"APELAÇÃO AÇÃO POPULAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE Alegação de nulidade do certame por violação aos princípios do procedimento licitatório e inabilitação incorreta de empresa participante Improcedência declarada em primeiro grau Decisório que merece subsistir Pesquisa de preços realizada antes da publicação do edital que serviu como base para a fixação do preço médio O fato de tal



*pesquisa ser efetuada junto a empresas que posteriormente participaram do certame não macula o certame **Inabilitação por falta de apresentação de documento exigido em edital. Possibilidade. Violação aos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/09 não configurada. As microempresas e empresas de pequeno porte não estão dispensadas de apresentar os documentos indicado no instrumento licitatório**". Recurso improvido. (TJ-SP, Relator: Rubens Rihl, Data de Julgamento: 12/06/2013, 8ª Câmara de Direito Público). (Grifamos)*

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

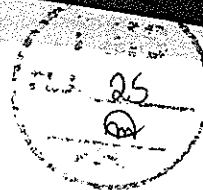
Nesse sentido é o item 17 do edital, que assevera:

"17. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

17.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;**
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;**
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;**
- d) apresentar item(s) com preço(s) manifestamente inexecutable(is), nos termos do item 19 e subitens.**
- e) apresentar item(ns) com preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero:**
- f) deixar de entregar a amostra, quando exigida.**

Portanto, as empresas **DECLARADAS VENCEDORAS** dos Lotes (Itens) **01, 03 e 08**, e as empresas **CLASSIFICADAS EM SEGUNDO LUGAR** dos Lotes (Itens) **01 e 03** devem ser consideradas inabilitadas aos itens citados, tendo em vista que, descumpriram as exigências editalícias com relação as exigências da qualificação técnica dos produtos. Caso a Administração Pública licitante insista em manter as empresas habilitadas, descumprirá as regras da Lei de Licitações e Contratos, além de estar descumprindo os Princípios da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.



DOS PEDIDOS

Em face do exposto, e, com base nos argumentos anteriormente invocados, legislações, posicionamentos doutrinários e jurisprudências citadas, **REQUER** na forma da Lei, o acolhimento e provimento do presente **RECURSO**, a fim de que seja reformada a decisão proferida e, por consequência sejam desclassificadas as propostas apresentadas para os **Lotes (Itens) 01, 03 e 08** pelas empresas MWM DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 34.485.827/0001-54 e MTH DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.929.522/0001-48, e declaração da **RECORRENTE** como **EMPRESA VENCEDORA** dos respectivos itens, visto que cumpriu todas as exigências editalícias, e ofertou produtos específicos e compatíveis com o descritivo.

Caso assim não entenda, **REQUER**, desde já, data vênua, que seja encaminhada esta peça para a **Autoridade Superior** para ulterior deliberação a respeito, conforme preconiza o parágrafo 2º do Art. 165 da Lei nº 14.133/21.

Nestes termos, aguarda deferimento;

Araruama, 26 de setembro de 2023

Assinado de forma digital por
JMX DISTRIBUIDORA DE
PRODUTOS FARMACEUTICOS
E HOS:38086197000104

JMX Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda

Jamily Domingues de Mello

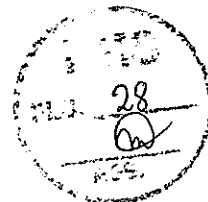
Procuradora – Responsável Técnica CRF-RJ 12079

RG: 20.133.592-4 CPF: 094.397.867

33.086.197/0001-04
JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
FARMACÊUTICO E HOSPITALARES LTDA
AV. GLADSTONE J. DE OLIVEIRA, 527 LT. 11 CASA 101
PRAÇA DA BANDEIRA CEP 28.970-000
ARARUAMA-RJ



JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA



7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO, brasileira, empresária, solteira, natural do Estado do Rio de Janeiro, nascida em 12/09/1955, portadora da carteira de identidade nº 04.434.760-7, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF nº 514.340.597-15, residente e domiciliada à Rua da Gávea, casa, s/nº, lote 16, quadra A, Praça da Bandeira, Araruama-RJ, CEP 28979-636.

Único sócio componente da SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019, com sede à Avenida Gladstone José de Oliveira, nº 527, Casa 101, Lote 11, Praça da Bandeira, Araruama-RJ, CEP 28979-660, sob a denominação social de “**JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA**” inscrita no CNPJ sob o nº 38.086.197/0001-04, com contrato devidamente arquivado na JUCERJA sob o nº 33211050871, resolve na melhor forma de direito, promover as seguintes alterações:

- 1 – Alterar o capital social para: **R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)**.

Em consequência das alterações realizadas, resolve a sócia consolidar o contrato social e posteriores alterações e efetuar a redação a seguir:

CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA 1ª: DA DENOMINAÇÃO - A sociedade gira sob a denominação social de “**JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA**” constituída por quotas de responsabilidade limitada a ser regida pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA 2ª: DA SEDE E DO FORO - A sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de São Araruama – RJ e deverá funcionar à Avenida Gladstone José de Oliveira, nº 527, Casa 101, Lote 11, Praça da Bandeira, Araruama-RJ, CEP 28979-660, podendo a critério do sócio quotista abrir, manter, transferir e extinguir filiais, sucursais e depósito, em qualquer ponto do território nacional, observadas as prescrições legais vigentes.

CLÁUSULA 3ª: DOS OBJETIVOS - A sociedade tem por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas:

- 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
- 46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
- 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
- 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
- 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
- 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
- 46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
- 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
- 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
- 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
- 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
- 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
- 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
- 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

(m)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA

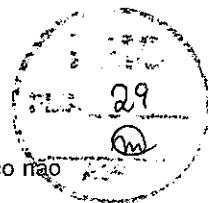
NIRE: 332.1105087-1 Protocolo: 00-2023/119083-2 Data do protocolo: 08/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322593 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0F6AA922529051D563485BDCDA2932B13EF4A2DBBED55A0DB6D683AD43499485

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico hospitalar; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente

CLÁUSULA 4ª: DO CAPITAL SOCIAL - O capital social é de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), divididos em 1.200.000 (Um milhão de duzentos mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional.

MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO	1.200.000 quotas	R\$ 1.200.000,00
VALOR TOTAL DO CAPITAL	1.200.000 quotas	R\$ 1.200.000,00

§ PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme Artigo 1.052 CC/2002.

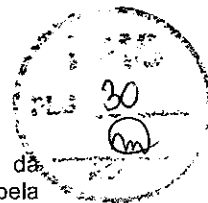
§ SEGUNDO: Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA 5ª: DA ADMINISTRAÇÃO - A administração da sociedade, bem como a sua representação junto a terceiros, compete a sócia **MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO**, na qualidade de sócio administrador, assim como o uso da denominação social, podendo assim assinar todo e qualquer documento de proveito social, inclusive movimentar contas bancárias.

§ PRIMEIRO: A sociedade será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pela sócia **MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO**, sendo-lhe vedado o uso da denominação social em avais, abonos, fianças e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade participe, direta ou indiretamente, podendo ainda, alienar, caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigir, assinar cheques e renunciar a direitos quando do interesse da sociedade, contrair empréstimos e financiamentos, avalizar, endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular.

§ SEGUNDO: É lícito ao administrador constituir procuradores, em nome da sociedade, especificando nos instrumentos os atos e operações que poderá praticar e a duração do mandato, exceto por mandato judicial que poderá ser por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 6ª: DA RETIRADA PRO-LABORE - A sócia **MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO** fará, mensalmente, uma retirada a título de pró-labore a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportarem a referida retirada.



§ PRIMEIRO: A nomeação ou destituição de novos administradores, bem como a fixação da remuneração correspondente, será decidida em assembleia de sócios, mediante aprovação pela maioria simples das quotas representativas do capital social.

CLÁUSULA 7ª: DA DURAÇÃO - A sociedade tem sua duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 8ª: DO EXERCÍCIO SOCIAL - O encerramento de cada exercício social dar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, quando o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo o levantamento do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico do exercício.

CLÁUSULA 9ª: DO FALECIMENTO DE SÓCIO - O falecimento da sócia não implicará na dissolução da Sociedade. Os herdeiros do sócio falecido exercerão, em comum, os direitos as quotas do inventariante do espólio ou da designação de um deles, pelos demais, para representá-los na sociedade, até que se opere a partilha e a consequente alteração do contrato social, para representação da nova composição societária.

CLÁUSULA 10ª: DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE - Em caso de liquidação da Sociedade, o sócio nomeará um liquidante com poderes para realizar o ativo e liquidar o passivo, procedendo este de acordo com a legislação pertinente.

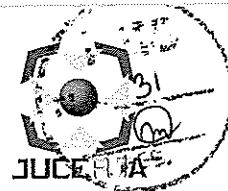
CLÁUSULA 11ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - A sócia contratante declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que o impeça de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA 12ª: DO DESEMPEDIMENTO - A sócia declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a atividade mercantil, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, e pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1011, § 1ª, CC/2002).

E, por estar de pleno acordo com as cláusulas e condições deste contrato, se obriga por si, seus herdeiros e sucessores ao fiel cumprimento do mesmo.

Araruama, 07 de Fevereiro de 2023.

Maria Julimar Domingues de Mello
MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA, NIRE 33.2.1105087-1, PROTOCOLO 00-2023/119083-2, ARQUIVADO EM 23/02/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005322593, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
056.540.317-67	LUCIANA DE PAIVA CHARLES

23 de fevereiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA

NIRE: 33.2.1105087-1 Protocolo: 00-2023/119083-2 Data do protocolo: 08/02/2023

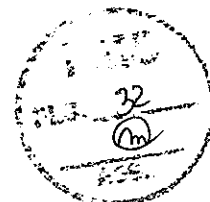
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/02/2023 SOB O NÚMERO 00005322593 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0F6AA922529051D563485BDCDA2932B13EF4A2DBBED55A0DB6D683AD43499485

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 6/6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
NOME
MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO

FILIAÇÃO
ISAEL GUIMARÃES DA COSTA MELLO
GUILHERMINA DOMINGUES DE MELLO

DATA NASC. 12/09/1955 NATURALIDADE ARARUAMA/RJ

OBSERVAÇÃO
NÃO HÁ

FATOR RH
A +

PROIBIDO PLASTIFICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

GPF 514.340.597-15 DNI 000000000000000
REGISTRO GERAL 04.434.760-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/02/2020

REGISTRO CIVIL
C.NASC LIV 20 FLS 521 TERM 6.923
ARARUAMA RJ

T. ELEITOR 60581570337 CTPS / SÉRIE / UF 72285 109 RJ
HIS / PIS / PASEP NÃO INFORMADO IDENTIDADE PROFISSIONAL NÃO INFORMADO
CERT. MILITAR NÃO INFORMADO
CNI 801434139974503

2 VIA 0289

ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS
PRASIDENTE DO DETRAN-RJ
ID: 5104112-0

FOLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

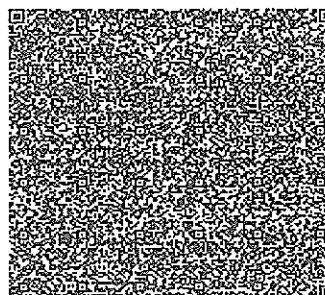


PID 028900337625



RJ19412514E

AL01931334



0289259800

RJ19412514E

AL01931334



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 26/11/2022 16:45:13 que o documento de hash (SHA-256)
957b3cec72c2858f3d119d05eefa61a033dbf893a89bbbaa9b580981f2abf4314 foi validado em 26/11/2022 16:43:27 através da transação blockchain
0x074fc3269286aa022c9b6b2d2feba6bbb53be04673eb07f63c63bf45e1a7f22 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 97034)



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Registro** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **957b3cec72c2858f3d119d05eefa61a033dbf893a89bbaa9b680981f2abf4314** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID 97034 dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**RG Maria Julimar D. de Mello - Sócia**", cujo assunto é descrito como "**RG Maria Julimar D. de Mello - Sócia**", faz prova de que em 26/11/2022 16:43:16, o responsável **JMX Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda (38.086.197/0001-04)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de **JMX Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em 26/11/2022 16:44:27 através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

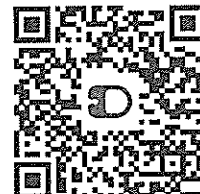
Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x074fc3269286aa022c9b6b2d2feba6bbb653be04673eb07f63c63bf45e1a7f22**.

Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

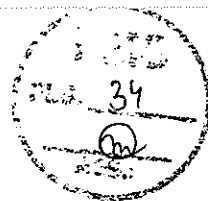


Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

NOTAS, REGISTROS DE IMÓVEIS, PROTESTO DE TÍTULOS
AV. JOHN KENNEDY, Nº 06 LOJA 05
CENTRO - ARARUAMA-RJ CEP: 28.979-087
TEL.: (22)2665-0884



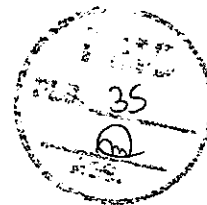
LIVRO - 214

CERTIDÃO DE PROCURAÇÃO bastante que faz:

FOLHAS- 015/015vº

ATO Nº- 013

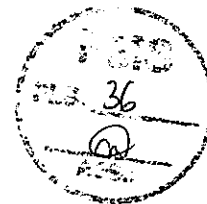
S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos 09 (nove) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, em o Cartório, perante mim, **MARIA SILVIA PEREIRA PITTALUGA**, Escrevente do Cartório do 1º Ofício de Araruama, sito na Avenida John Kennedy, nº06, loja 05, Centro, compareceu como **OUTORGANTE: JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.086.197/0001-04, com sede na Avenida Gladstone José de Oliveira, nº 527, casa 101, lote 11, Praça da Bandeira, Araruama/RJ, nome fantasia: JMX DISTRIBUIDORA, endereço eletrônico: jmxdistri@gmail.com, telefone: (22) 99861-9617, neste ato representada por **MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO**, brasileira, solteira, maior, empresária, nascida em 12/09/1955, filha de Isael Guimarães da Costa Mello e Guilhermina Domingues de Mello, portadora da carteira de identidade nº 04.434.760-7, expedida pelo DETRAN/RJ em 10/02/2020, inscrita no CPF sob nº 514.340.597-15, endereço comercial: o mesmo da outorgante, endereço eletrônico: jmxdistri@gmail.com, celular: (22) 99861-9617, residente e domiciliada na Rua da Gávea, nº 16, Praça da Bandeira, Araruama/RJ, conforme 3ª Alteração Contratual datada de 02/07/2021, devidamente registrada na JUCERJA sob o NIRE: 332.1105087-1 em 08/07/2021; identificada e reconhecida como a própria por mim, Escrevente. E por ela me foi dito que nomeia e constitui SUA PROCURADORA: **JAMILY DOMINGUES DE MELLO**, brasileira, solteira, maior, farmacêutica, nascida em 21/04/1983, filha de Maria Julimar Domingues de Mello, portadora da nº 20.133.592-4, expedida pelo DETRAN/RJ, em 18/06/2018, inscrita no CPF sob nº 094.397.867-01, endereço comercial: Avenida Gladstone José de Oliveira, nº 527, casa 101, lote 11, Praça da Bandeira, Araruama/RJ, celular comercial: (22) 99861-9617, endereço eletrônico: jamily_mello@yahoo.com.br, celular: (22) 99898-9111, residente e domiciliada na Rua da Gávea, nº 16, Praça da Bandeira, Araruama/RJ. Com amplos e gerais poderes para **ADMINISTRAR E GERIR os negócios da outorgante**, podendo comprar e vender mercadorias ligadas ao seu ramo de negócio ou quaisquer outros tipos de mercadorias; representá-la perante repartições públicas federais estaduais, municipais, autarquias, Cartórios em geral, Sindicatos, Juntas Comerciais, Ministérios, Companhias de Luz e Energia, Companhias de Águas e Esgoto, INSS, Correios, Companhias Telefônicas, DETRAN, Receita Federal, e onde mais preciso for, podendo para tanto em seus departamentos e secretarias, divisões, pagadorias e repartições, pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, e onde mais com esta se apresentar e for necessário, podendo requerer, alegar e assinar o que preciso for, inclusive fazer alterações contratuais, como transferência de quotas, total ou parcial, e tudo que for necessário na alteração, podendo concordar com cláusula e valores, juntar, apresentar, e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, cumprir exigências e formalidades, CADASTRAR E RECADASTRAR, inscrever, cancelar,



prestar declarações e informações de qualquer natureza, preencher formulários, ratificar e retificar, extrair guias, recolher impostos, taxas e contribuições, receber notificações e citações, receber, dar recibo e quitação de valores, seja a que titulo for, efetuar pagamentos, acompanhar e dar andamentos a processos, fazer averbações, pedir vistas, cumprir exigências, retirar documentos, assinar requerimentos; emitir e assinar notas promissórias, títulos, duplicatas, recibos e quaisquer outros documentos que se fizerem necessários, dar e receber quitação, assinar carteiras profissionais, admitir e demitir empregados; representá-la junto ao **Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho**, assinar rescisão de contrato de trabalho, fazer acordos, dar baixa em carteiras profissionais; poderes ainda da Cláusula (**AD-JUDICIA ET EXTRA**) e os mais necessários perante qualquer INSTÂNCIA, FORO ou TRIBUNAL, em JUÍZO OU FORA DELE, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, propor e variar de ações e recursos, podendo acordar, discordar, transigir, recorrer, desistir, apresentar provas, receber citações, prestar as declarações e informações, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, assinar termos, requerimentos e demais papéis, inclusive constituir e destituir advogados; representá-la em quaisquer **ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS** - inclusive junto ao **BANCO DO BRASIL S/A, BANCO ITAU S/A, BANCO BRADESCO S/A, BANCO SANTANDER S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF**, em qualquer uma de suas agências, podendo o dito Procurador abrir, movimentar ou encerrar conta corrente, de salários, benefícios e/ou poupança, podendo emitir, endossar, requerer, descontar e assinar cheques, verificar saldos, fazer depósitos e retiradas, solicitar extratos de contas e talões de cheques, reconhecer ou contestar saldos, retirar cartão magnético, cadastrar, solicitar ou desbloquear senhas, fazer transferências, fazer consórcio, fazer empréstimo, concordar com cláusulas e valores, requerer, alegar e assinar o que for preciso, inclusive contra cheques e ordens de pagamento, receber e dar quitação de valores, receber carta de crédito, e tudo que se fizer necessário, preencher fichas e formulários, cadastros, prestar declarações e informações. Assinar o que for necessário na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, referente ao FGTS, PIS/PASEP; representá-la junto ao DETRAN, para **COMPRAR, VENDER, ALIENAR, CEDER, ONERAR, QUITAR E TRANSFERIR** a quem quiser, pelo preço e condições **QUAISQUER VEÍCULOS EM NOME DA OUTORGANTE**, podendo o dito procurador, receber, dar quitação, assinar recibo de transferência e/ou recibo de compra e venda (DUT), pagar taxas, multas e outros encargos, entregar os documentos dos veículos, apresentar, retirar e assinar os documentos necessários; representá-lo perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, **DETRAN, CIRETRAN, CONTRAN, DNER**, em todo **Território Nacional**, Companhias Seguradoras, Inspetoria de trânsito, Delegacias de Roubo e Furtos de Veículos, Instituições financeiras e onde mais for necessário, neles pagando taxas, guias, emolumentos, seguros, prêmios e reclamar dos indevidos, receber e dar recibo de quitações, requerer, apresentar e assinar documentos e papéis, autorizar terceiros a dirigir em todo território nacional, dar informações e prestar declarações, requerer segunda via de CRV, DUT, IPVA, certidões e certificados, promover emplacamentos, liberações, inclusive em caso de apreensão do veículo, vistoria, comunicar acidentes, promover registros de ocorrência, requerer

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

NOTAS, REGISTROS DE IMÓVEIS, PROTESTO DE TÍTULOS
AV. JOHN KENNEDY, N° 06 LOJA 05
CENTRO - ARARUAMA-RJ CEP: 28.979-087
TEL.: (22)2665-0884



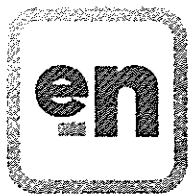
e tomar ciência de laudos periciais, receber quaisquer valores referentes a seguros, inclusive em estabelecimento bancários e/ou Companhias seguradoras; Enfim, praticar os demais atos aos fins deste mandato, inclusive substabelecer. (TODOS OS DADOS DESTA PROCURAÇÃO FORAM FORNECIDOS E CONFERIDOS PELA OUTORGANTE, ATRAVÉS DE SUA SÓCIA, QUE POR ELA SE RESPONSABILIZA NOS TERMOS DA LEI, BEM COMO POR QUALQUER INCORREÇÃO, DEVENDO AS PROVAS DESTES SEREM EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM INTERESSAR). FORAM DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS CONFORME ARTIGO 240 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO/RJ. ASSIM o disse, pediu e lavrei nas dependências destas Notas o presente instrumento que lhe sendo lido em voz alta e clara, outorga, aceita e assina. FORAM DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS CONFORME ARTIGO 240 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ. CERTIFICO que pelo presente ato são devidas as custas no valor total de R\$472,89, sendo R\$11,63 para arquivamento; R\$275,30 pela Tabela 7 (emolumentos); R\$13,48 pela Tab. 1 n°5 (exp. de guia ao distribuidor); R\$13,48 para comunicação ao CENSEC, R\$30,28 pela Tab. 4 (Distribuição); R\$62,77 pela Lei 3.217/99; R\$15,69 pela Lei 4.664/05; R\$15,69 pela lei 111/06; R\$12,55 pela Lei Estadual 6.281/12; R\$5,50 pela Lei 6.370/12; R\$16,52 pelo Provimento 12/2016-ISS. Eu, MARIA SILVIA PEREIRA PITTALUGA, Escrevente, MATRICULA n° 94-14014, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo a assinatura. Eu, (SILVIA CAMILE BECKER MATTOS DA SILVA), Mat. 94-9153, Substituta Legal da Tabeliã, encerro o presente ato. ASSINADO: JMX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA - REP. MARIA JULIMAR DOMINGUES DE MELLO. Os emolumentos desta certidão importam em: Tab. LEI 9.873/22 R\$26,05 (QTD.:01); FETJ (Lei 3.217/99) R\$5,21 - FUNPERJ(Lei 4.664/2005) R\$1,30 - FUNPERJ(Lei 111/2006) R\$1,30 - FUNARPEN(Lei 6281/2012) R\$1,04 - ISS (Prov. 12/2016) R\$1,37; Selo de Fiscalização (Art. 4º inciso VII)R\$2,48; sendo no valor total de R\$38,75. EXTRAÍDA POR CERTIDÃO HOJE (08/05/2023); Fielmente por mim, SILVIA CAMILE BECKER MATTOS DA SILVA, Substituta legal, matricula 94-9153, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.--.--.--.--.



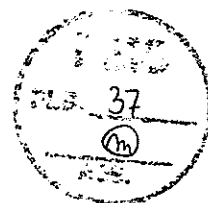
Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEMQ 15691 CXK
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Assinado digitalmente por:
SILVIA CAMILE BECKER MATTOS DA SILVA
CPF: 051.982.867-45
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 08/05/2023 16:14:17 -03:00

Colegio
Notarial de
Brasil



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 53JYA-33NUH-H6KRA-YEEFM

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

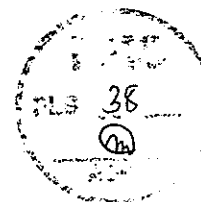
- ✓ SILVIA CAMILE BECKER MATTOS DA SILVA (CPF 051.982.867-45) em 08/05/2023 16:14

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

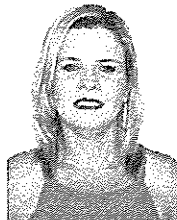
<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/53JYA-33NUH-H6KRA-YEEFM>

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



NOME
JAMILY DOMINGUES DE NELLO



DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
0201335924 DIC RJ

CPF
094.397.867-01

DATA NASCIMENTO
21/04/1983

FILIAÇÃO
MARIA JULIANA DOMINGUES DE NELLO

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
93041915019

VALIDADE
12/01/2032

1ª HABILITAÇÃO
15/02/2007

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
SAO PEDRO DA ALDEIA, RJ

DATA EMISSÃO
14/01/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

44664693891
RJ306116294

RIO DE JANEIRO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN